

## CURRÍCULO, JUSTIÇA CURRICULAR E A SUA AÇÃO TRANSFORMADORA

### *CURRICULUM, CURRICULAR JUSTICE AND ITS TRANSFORMING FUNCTION*

### *CURRÍCULO, JUSTICIA CURRICULAR Y SU ACCIÓN TRANSFORMADORA*

Maria de Jesus Ferreira César de ALBUQUERQUE<sup>1</sup>  
Domingas Luciene Feitosa SOUSA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta resultados das discussões vivenciadas em sala de aula, na disciplina de Estudos Avançados em Currículo do Doutorado em Educação: Currículo, e tem por objetivo apresentar as reflexões de como compreendemos os termos currículo e justiça curricular para a transformação da prática docente baseada no reconhecimento da diversidade cultural. O referencial teórico sustenta-se nos estudos dos autores como: Hamilton (2011), Sacristán (2013), Ponce (2012), Arroyo (2011), Chizzotti e Casali (2016), Grundy (1987), Santomé (1998), Connel (1995) e Mészáros (2005), autores que foram inseridos conforme as discussões demandaram outros temas como o estudo da Base Nacional Comum Curricular. A metodologia possui abordagem qualitativa e utiliza-se da análise dos textos e de discussões apresentadas em sala de aula. Os resultados apontam que é necessário ampliar as discussões dentro das instituições públicas de ensino no que diz respeito à compreensão do conceito de currículo e de justiça curricular. Isso ocorre porque as reformas da educação obedecem à lógica do mercado para reprodução do próprio sistema capitalista. Para que o currículo seja de fato transformador e influencie a nossa prática docente, é preciso que alguns processos sejam modificados, considerando as disputas e as relações de poder existentes. Evidenciou-se que o currículo nunca é neutro, porque sempre desempenhará uma intencionalidade de quem o está organizando

**Palavras-chave:** Currículo. Justiça curricular. BNCC. Justiça social.

**ABSTRACT:** *This article presents the results of the discussions experienced in the classroom, in the discipline of Advanced Studies in Curriculum of the Doctorate in Education: Curriculum, and aims to present the reflections of how we understand the terms curriculum and curriculum justice for the transformation of teaching practice based on the recognition of cultural diversity. The theoretical framework is based on the authors' studies such as: Hamilton (2011); Sacristán (2013); Ponce (2012); Arroyo (2011); Chizzotti and Casali (2016) Grundy (1987 Santomé (1998), Connel (1995), Mészáros, (2005) authors who were inserted according to the discussions demanded other topics such as the study of the Common National Curriculum Base. The methodology has a qualitative approach and uses the analysis of texts and discussions presented in the classroom. The results indicate that it is necessary to broaden discussions within public educational institutions, with regard to the understanding of the concept of curriculum and curriculum justice. This is because education reforms*

<sup>1</sup> Doutora em Educação: Currículo. Universidade Federal do Amapá. Macapá, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0909-3376>. E-mail: [mar\\_alb7@unifap.br](mailto:mar_alb7@unifap.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação: Currículo. Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho. <https://orcid.org/0000-0002-1590-9140>. E-mail: [domingas.uab@gmail.com](mailto:domingas.uab@gmail.com)

*obey the logic of the market for the reproduction of the capitalist system itself. For the curriculum to be really transformative and influence our teaching practice, it is necessary that some processes be modified, considering the existing disputes and power relations. It has been evidenced that the curriculum is never neutral, because it will always perform an intentionality of those who are organizing it.*

**Keywords:** Curriculum. Curriculum justice. BNCC. Social justice.

**RESUMEN:** Este artículo presenta resultados de las discusiones vividas en el aula, en la disciplina de Estudios Avanzados en el Currículo del Doctorado en Educación: Currículum, y tiene como objetivo presentar reflexiones sobre cómo entendemos los términos currículo y justicia curricular para la transformación de la práctica docente a partir del reconocimiento de la diversidad cultural. El marco teórico se sustenta en estudios de los autores como: Hamilton (2011); Sacristán (2013); Ponce (2012); Arroyo (2011); Chizzotti y Casali (2016) Grundy (1987 Santomé (1998), Connel (1995), Mészáros, (2005) autores que se insertaron a medida que las discusiones demandaban otros temas como el estudio de la Base Curricular Nacional Común. La metodología tiene un enfoque cualitativo y utiliza el análisis de textos y discusiones presentados en el aula. Los resultados indican que es necesario ampliar las discusiones dentro de las instituciones educativas públicas, en cuanto a la comprensión del concepto de currículo y justicia curricular. Esto se debe a que las reformas educativas obedecen a la lógica del mercado para la reproducción del propio sistema capitalista. Para que el currículo sea verdaderamente transformador e influya en nuestra práctica docente, es necesario que se modifiquen algunos procesos, teniendo en cuenta las disputas y relaciones de poder existentes. Era evidente que el currículum nunca es neutral, porque siempre jugará una intencionalidad de quien lo esté organizando.

**Palabras clave:** Plan de estudios. Justicia curricular. BNCC. Justicia social.

## Introdução

O presente artigo apresenta reflexões realizadas durante a disciplina de Estudos Avançados em Currículo, procurando discutir o currículo como um problema da educação escolar contemporânea e como uma área de conhecimento. Privilegiando suas fronteiras com o poder, o conhecimento, a ética e a cultura, inserindo-o no contexto globalizado, também enfatiza o papel dos sujeitos envolvidos no processo do currículo escolar e toma a democracia política e a justiça social como horizontes curriculares.

Para este trabalho, escrevemos brevemente sobre o currículo desde suas origens, de forma a compreender o seu conceito mais abrangente dentro das escolas, e não apenas como um guia ou um compêndio de instruções que devem ser seguidas sem nenhum questionamento. Desta forma, fizemos um levantamento bibliográfico desde a origem do termo até os dias atuais.

O conceito “currículo” ainda é difuso. Para Grundy (1987, p. 5), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. É uma prática na qual deve ser estabelecido o diálogo entre os que o constroem. Por causa desse diálogo e do papel que o currículo desempenha, tudo o que ocorre dentro da escola e em seu entorno com a comunidade, inseridos numa estrutura social e num contexto histórico é importante para flexibilizar a dinâmica escolar. O currículo é uma construção contínua, seus conteúdos e suas formas não diferem da realidade escolar, e por isso jamais será neutro em relação a qualquer escolha para o ensino-aprendizagem dos discentes.

A escola, por ser uma instituição formativa, deve acompanhar e atentar-se para as mudanças que vem ocorrendo na contemporaneidade, caso contrário, dificilmente poderá contribuir para que toda a prática pedagógica possa garantir a função social e formativa do currículo. Assim também deverá ser a renovação curricular de qualquer instituição de ensino, em que a comunidade deve ter consciência da falta de qualidade do seu sistema educativo, trazendo para si os instrumentos necessários para sua melhora.

No tocante à evolução do conceito de currículo, optamos por discutir sobre a justiça curricular, considerando esse termo como um importante conceito para se (re)pensar as relações entre justiça social e educação no contexto dos importantes estudos envolvendo as práticas curriculares. De acordo com os debates e os estudos durante a disciplina, compreendemos que o conceito de justiça curricular, em sua potencialidade conceitual, pode ser tratado como um instrumento de organização coletiva que promove a defesa da justiça escolar e orienta para uma qualidade social da educação.

Quanto à metodologia, optamos por selecionar a abordagem qualitativa, com base em uma revisão literária, de uma forma simplificada. Em um primeiro momento realizamos uma busca nas produções estudadas na disciplina de Estudos Avançados em Currículo, e após sua identificação foi produzido um quadro descritivo em que relacionamos os autores estudados e as suas principais concepções, debatidas durante as aulas.

### **Apontamentos sobre o currículo**

Para uma melhor compreensão acerca do termo “currículo” foi necessário um breve levantamento bibliográfico sobre o seu histórico para percebermos que o seu

conceito no interior dos temas “educação” e “ensinar” sofreu mudanças significativas, porém em alguns aspectos ainda possuem a mesma intenção de quando surgiu, tais como: avaliar, controlar, sequenciar e servir aos interesses do mercado. Esses aspectos sempre estiveram presentes na pauta de currículo, porém de forma mais velada, como desenvolve David Hamilton em seus textos: *Sobre as origens dos termos classe e curriculum* (1993) e *Mudança social e mudança pedagógica: a trajetória de uma pesquisa histórica* (1992), em que fez um compêndio histórico que nos reporta à evolução desse conceito.

Por essa razão, decidimos refletir sobre o tema e percebemos que o novo conceito de currículo continua circulando a “todo vapor” nos documentos oficiais de educação, porém é possível perceber que esse não está sendo (ou não tem sido pouco) posto em prática, ou seja, trabalhado ou discutido exaustivamente com quem exclusivamente está envolvido com a educação. Indo além, apesar do Ministério da Educação (MEC) negar que a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) seja uma proposta de currículo, mas sim uma proposta norteadora para as escolas, é possível verificar que a BNCC está servindo “[...] como referência para a construção e adaptação dos currículos de todas as redes de ensino do país” (MEC, 2018a *apud* CURY; REYS; ZANARDI, 2018, p. 65).

A grande dificuldade que encontramos dentro das instituições públicas de ensino é no que diz respeito à compreensão mais abrangente do conceito de currículo. O documento que estamos (nós, professores) acostumados a organizar na escola é muito superficial em relação à acepção da palavra. Entende-se o currículo como um guia que nos orienta, que precisa estritamente ser seguido para o melhor andamento do processo ensino-aprendizagem e da organização escolar. Cury, Reys e Zanardi (2018, p. 66) discorrem sobre esse conceito na orientação dada pelo MEC: “Em que pese a polissemia do termo currículo, [...] o mesmo é estranhamente reduzido ao caminho (!?) e o que se deseja ensinar (“aonde se quer chegar”) é a Base Nacional Comum Curricular”.

Para Sacristán (2013, p. 16), “o currículo é uma prática na qual a escola estabelece o diálogo [...]”, porém o que percebemos e vivenciamos no interior das instituições de ensino da educação básica, reservadas as exceções, é que este documento continua sendo usado como uma “receita” a ser seguida, embora esse fato seja negado em todos os documentos oficiais voltados para a educação. Deste modo, o cerne da questão continua sendo o mesmo: o sistema econômico exige formar pessoas para o mercado de trabalho.

Em relação a essa afirmação, Sacristán (2013) corrobora dizendo que “as decisões sobre currículo, sua própria elaboração e reforma, são realizados fora do sistema escolar e à margem dos professores”. Ou seja, a base da pirâmide da educação não está sendo ouvida nem solicitada a falar sobre o ensino. Estão sendo “enfiados goela abaixo” todos os documentos relativos à educação de forma vertical e autoritária

Esses documentos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais) são resultados de processos constantes de mudanças políticas e econômicas que se refletem no setor educacional brasileiro. As reformas políticas, econômicas e sociais existem para “atender a nova ordem mundial” (CHIZZOTTI; CASALI, 2012, p. 14), ou seja, para dar continuidade ao controle que serve aos interesses do sistema capitalista de mercado. As reformas na educação obedecem a essa lógica do mercado para reprodução do próprio sistema capitalista.

A educação escolar constitui um espaço de disputa de poder que tem se expressado, mais enfaticamente, por meio da luta pela definição dos currículos”. Noutro texto da mesma autora, essas disputas “[...] se encontram contaminadas pelo ritmo da economia global e a busca de resultados em rankings nacionais e internacionais (ROSA, 2014 *apud* PONCE, 2016, p. 1143).

Essa discussão sobre “espaço de disputa de poder”, “busca de resultados”, precisa ser discutida exaustivamente no interior das escolas para uma melhor compreensão de que um currículo de qualidade necessita de embates e posicionamentos em favor dos que verdadeiramente estão envolvidos na trama da educação: a comunidade escolar. Enquanto houver apenas pequenas “[...] mudanças pontuais que corrigem apenas algum problema na ordem estabelecida [...]”, conforme destacado por Mészáros (2005, p. 25), desta forma esse currículo de qualidade em favor da comunidade escolar, deve estar associado à função social e política da escola;

Para Martins (2010, p. 14), “Nenhuma formação pode ser analisada senão na complexa trama social da qual faz parte”. Se não forem levadas em consideração as particularidades da comunidade escolar, o trabalho alienado do ensino na atualidade (em detrimento do crescimento intelectual das pessoas em favor do tecnicismo voltado para o mercado de trabalho) continuará, porque essa é a lógica do sistema.

Por conta do “mercado planetário de capitais” Chizzotti e Casali (2012, p. 14) enfatizam que esta alienação em favor da produtividade para o mercado competitivo e a desqualificação do saber sempre vão impedir a transformação crítico-reflexiva

necessária ao sujeito. Para que isso ocorra, é importante fomentar uma estrutura que vai de encontro com a verdadeira educação emancipadora, ou seja, do aprendizado crítico em detrimento do conteúdo.

O que os professores do ensino básico ou superior ainda necessitam entender é que o currículo está diária e constantemente em movimento. É importante compreender que não se refere a uma seleção de conteúdo ou conhecimentos científicos apenas para orientar, modelar e limitar a autonomia e autoridade dos professores (o que muitos querem que seja). Todavia é movimento, porque uma aula não se constrói ou é pensada por meio de conteúdos pré-estabelecidos nos documentos oficiais, mas também pelo que acontece no interior das escolas e fora das salas de aula: nas conversas das salas dos professores, nas reuniões com os pais etc. – o que chamamos de currículo oculto.

Como afirma Sacristán, “O currículo desempenha uma função dupla – organizadora e ao mesmo tempo unificadora – do ensinar e do aprender [...]” (2013, p. 17). Ao mesmo tempo que ensino, aprendo, em qualquer ambiente: na sala de aula, nos corredores da escola, assistindo um filme, lendo notícias em jornais, notícias em internet... cada um tem sua leitura de mundo a partir das diferentes leituras e de suas vivências fora dos muros da escola que são elementos de aprendizagem. Mészáros (2005, p. 59) diz se sentir aliviado pelo fato de que a maior parte da educação não se concentra na escola, mas fora dela, e dessa forma o jovem pode obter conhecimento em outros lugares. Lugares de aprendizados e ensinamentos.

Uma outra função que o currículo deve desempenhar na escola é a de que o professor alcance o entendimento que não cabe a ele nem à escola, e muito menos à educação, a tarefa de resolver os problemas socioeconômicos do país. “Propaga-se [...] de que por meio da educação o sujeito ascenderá socialmente” (EVANGELISTA; TRICHES, 2015, p. 182). As autoras discorrem em seu artigo a respeito de que almejar construir é a ideia de que a pobreza se origina da fraca ausência de escolarização de boa qualidade, e que a solução estaria dentro das escolas.

As lutas, os embates que ocorrem no interior da comunidade escolar devem constar no currículo. Esse contexto particular de cada instituição escolar faz parte do currículo. Dessa forma, leva-se em consideração o currículo oficial e o currículo oculto. Para Sacristán (2013, p. 23), “[...] estão implicados com o currículo todos os temas que têm alguma importância para compreender o funcionamento da realidade e da prática escolar no nível de aula, de escola e do sistema educativo”.

Em relação à escola, a cultura que a constitui é imprescindível na elaboração do seu currículo, e os documentos oficiais (as propostas curriculares, os PCN, as diretrizes, a BNCC) devem orientar para essas questões. Sacristán (2013, p. 22) adverte que “[...] entre a cultura mais elaborada (pelos especialistas) e a recepção do saber (pelos estudantes), existem agentes culturais mediadores, como os professores, os livros didáticos e demais materiais didáticos”. Ou seja, aquilo que não está sendo dito dos sujeitos ocultos que estão na base da construção do currículo.

Esse currículo não está sendo discutido na rede pública de ensino e tem pouca ênfase nas universidades brasileiras. Isso significa que a cultura dos sujeitos inseridos em certa comunidade escolar não está sendo levada em consideração em nenhum desses documentos oficiais, corroborando com o que muitos autores afirmam – são guias, receitas prontas para as escolas e os professores elaborarem seus currículos a partir deles.

Ressaltamos, assim, a escola e a educação escolar como locais de disputa de poder. Portanto, “[...] cabe aos governos, às universidades, à cada cidadão e à sociedade civil organizada, proporem um debate que propicie a elucidação dos interesses em jogo” (PONCE, 2016, p. 1142). Neste sentido, já não mais cabem os documentos oficiais entrarem nas escolas de maneira verticalizada, de cima para baixo, é necessário que mudanças no sistema de ensino para subsidiar práticas educativas mais democráticas essenciais nesse jogo.

Segundo Arroyo, “Os currículos acumulam muitos saberes, mas sabem pouco dos adultos que os ensinam e menos ainda das crianças, adolescentes e jovens que os aprendem” (2013, p. 71). Destarte, o acúmulo de conhecimentos não deve e não pode ser ignorado nos currículos, como ocorre dentro das escolas e nos documentos oficiais que orientam as instituições e seus professores. É interessante pensar um currículo “mais humano”, em que a comunidade escolar participe e compreenda sua função social a partir de sua história, sua cultura, suas necessidades e suas crenças.

Segundo o autor, “A sala de aula é o território onde a relação pedagógica mestre-educador-aluno-educando encontra seu lugar, adquire ou perde seus significados, seja de realização ou de mal-estar” (ARROYO, 2013, p. 13). Assim, é na escola que o currículo acontece, seja positiva ou negativamente, e o currículo deve permitir que a pessoa reflita sobre ser sujeito. Ser sujeito em currículo é ter a possibilidade de refletir sobre a prática e é tomar consciência das teorias que a embasam

(currículo emancipatório e currículo tecnicista), de forma que não se pode pensar em currículo sem uma proposta crítica ou emancipadora sobre ele.

## O Currículo e a Justiça Curricular

De acordo com Torres-Santomé (1998, p. 25), a justiça curricular defende um “projeto emancipador”, sendo assim, as questões voltadas para o currículo têm ocupado lugar de grande importância no cenário nacional, e para compreender mais um pouco deste debate é fundamental uma reflexão sistemática com análises criteriosas pois, no Brasil, país da diversidade, muitos são os argumentos, as lutas partidárias etc. Outra posição forte no debate sobre a justiça curricular pode ser localizada na abordagem de Arroyo (2011, p. 120), para quem é importante o “reconhecimento nos conhecimentos curriculares”.

Os estudos referentes ao “O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular”, fazem o convite para compreender a importância dos sujeitos na prática curricular construída coletivamente. No entanto, para que o currículo seja de fato transformador e possa influenciar a nossa prática docente, é preciso que alguns processos sejam modificados considerando as disputas existentes.

As reflexões aqui apresentadas ajudam a dimensionar o campo vasto de problematização do currículo, e sendo ele um espaço de poder no contexto escolar, é importante que os sujeitos, participantes do processo, sejam de fato colaboradores efetivos e afetivos (quando falamos afetivo, queremos dizer que tenham o devido cuidado com a causa), construtores do saber, e não meramente “funcionários” da proposta curricular visto que, como se sabe, o funcionário tem algumas limitações na sua ação, cumpre o que é competência do seu cargo/função e muitas vezes, dependendo de onde esteja, tem uma participação figurativa, sem poder de decisões.

No ambiente escolar, quem atua na ponta são os docentes, conhecedores da dimensão da sala de aula e atores vários papéis, dependendo de onde esteja localizada a escola; na realidade ribeirinha, por exemplo, é comum o professor polivalente, que faz proezas para ver as atividades acontecerem. Diante desse cenário, Ponce (2014, p. 787) afirma, sobre o docente, que “seu modo de organização do tempo, seu modo de organizar o espaço, suas metodologias, seus processos de avaliação, a relação professor-alunos etc, – negam a possibilidade dos sujeitos da educação”.



Sendo assim, a participação de todos os envolvidos é uma maneira sensata de resgatar o sentido humano e dar valor ao planejamento coletivo. Nas palavras de Torres,

Uma instituição escolar comprometida com a justiça curricular obriga, além disso, que o exercício profissional dos professores seja debatido ativa e reflexivamente como princípios éticos como integridade imparcialidade intelectual, coragem moral, respeito, humildade, tolerância, confiança responsabilidade, justiça, sinceridade e solidariedade (TORRES, 2009, p. 74).

Reforça-se assim o nosso pensamento acerca do entendimento da importância do cuidado que deve ser dado no âmbito escolar com os que formam o quadro docente - discente, técnico, pedagógico - e com as famílias que participam da comunidade escolar, bem como outros agentes.

Outro ponto importante aqui apresentado é referente aos Sistemas de Educação a partir dos modelos republicanos e liberais, o que chama atenção dentre os vários itens apresentados no campo das referências históricas no modelo republicano (França, Alemanha, Holanda) e no modelo Liberal (EUA e Inglaterra), de países desenvolvidos, é o fato de que mesmo com realidades diferentes da nossa, conseguem influenciar nosso sistema educacional, e se tornam protótipos, inclusive sendo referências importantes. Sabemos das influências dessas grandes nações no nosso sistema de ensino, talvez ainda não tenhamos conseguido manter uma identidade com a cara da nossa regionalidade, com os nossos elementos culturais que caracterizam o nosso saber. Ponce realça o papel da busca pela justiça curricular quando diz:

Que busquem a superação das desigualdades e lutem pela consideração das diversidades. É nessa direção que se propõe a busca da justiça curricular como um processo constante e cotidiano de exercício coletivo de construção do currículo de modo democrático, cooperativo e apoiado nos conhecimentos científicos atualizados da área Educação e de todas as áreas afins (PONCE, 2012, p. 784).

Diante do vasto campo da diversidade que cabe perfeitamente pensar nossa realidade por um viés amplo para olhar todo cenário educacional aplicando as três dimensões da Justiça Curricular (Conhecimento, Cuidado e Convivência), para Ponce e Neri,

A justiça curricular prevê a permanência exitosa do educando na escola e na vida e toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado

pele educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo (PONCE; NERI, 2017, p. 1223).

Como sabemos, o conhecimento, o cuidado e a convivência têm um poder transformador na vida do homem, porém observamos que no ambiente escolar também é possível percebermos melhor a aplicabilidade de cada uma delas, de forma sensata e coerente com a realidade. O conhecimento, quando bem empregado, possui um poder transformador direcionando vidas, assim como o cuidado também é importante e a convivência é um campo muito amplo, repleto de significados.

Da mesma forma, não podemos excluir dos nossos interesses enquanto educadores e pesquisadores do currículo e da Justiça Curricular. Para Torres,

Referir-se a justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida (TORRES, 2013, p. 10).

Por esse motivo a justiça curricular não pode permitir que a Base Nacional Comum Curricular empurre uma ideologia que não está de acordo com a realidade nacional nas escolas públicas, podendo correr o risco de deixar de lado um processo de ensino e aprendizagem baseado no cuidado e na convivência para garantir a construção de um conhecimento repleto de significados, valorizando o ser humano de modo que se possa trabalhar nas escolas o pensamento crítico e refletir uma realidade diferente. Como sabemos e conhecemos, a proposta da Base Nacional Comum Curricular difere muito das realidades encontradas justamente por não respeitar os grupos e as suas respectivas diversidades.

Como se pode observar, todo ato consciente e coerente tem sua riqueza e importância. Em conformidade com Laudato Si (2015), a “Justiça Curricular”, uma vez pensando no próximo, tem seu ato de nobreza e, assim, acreditamos que mudanças significativas e importantes podem acontecer no ambiente escolar, desde que valorizando na sua essência a participação de todos os sujeitos como membros, de um grupo que pode promover grandes transformações.

Mesmo diante de tantos avanços ainda nos deparamos com exigências que em muito comprometem os encaminhamentos na esfera educacional, e mesmo diante das conquistas, foi homologada, em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular

com propostas voltadas para uma Base Nacional unificada, se tratando de uma política baseada na construção centralizadora, para Ponce,

[...] por objetivos alheios aos interesses da educação escolar emancipatória, foi priorizado nas pautas das políticas educacionais brasileiras com decisões apressadas em detrimento de demandas mais urgentes, como a da melhoria das condições da educação pública para o atendimento com qualidade equitativa, e a da formação e das condições de trabalho dos professores brasileiros (PONCE, 2018, p. 78).

Diante do contexto geral e das imposições que chegam através dos documentos, é necessário trabalhar na perspectiva de traçar metas e reconhecer, de fato, a importância da diversidade existente em cada Estado. O Brasil é o país da Diversidade Cultural, e desta forma é necessário entender no processo a necessidade de valorizar a Justiça Curricular que, para Connel,

[...] por justiça curricular, toma-se uma concepção de currículo que reconheça a pluralidade cultural da sociedade, elevando os saberes dos menos favorecidos para além do trato folclórico, estereotipado e fragmentado, na qual não se consideram em profundidade os mecanismos históricos, políticos e o sociais de formação e de exclusão da identidade (CONNEL, 1995, p. 28).

Indo além, no entendimento da justiça Curricular, que proporciona a necessidade de se renovar as propostas emancipatórias e valorizar os sujeitos colaboradores na construção dos vários processos educacionais, encontramos as três dimensões que nos convidam a refletir sobre as práticas curriculares, a produção do conhecimento e, principalmente, procurar entender o momento vigente.

Diante do que foi abordado, compreendemos a importância das dimensões da justiça curricular no sentido do tratamento com especificidade o universo cultural, pois quando o poder público, dentre as várias ações, passar a valorizar os saberes locais, entenderão que é na cultura que se define a forma como as pessoas e os grupos devem ser, ou seja, baseado nas dimensões do conhecimento, convivência e cuidado. Neste sentido, Santomé nos alerta que

As escolas e salas de aula são espaços nos quais as crianças aprendem a se conhecer, a trabalhar juntas e, portanto, a se socializar e conviver, seja qual for sua classe social de origem, sua nacionalidade, sua raça,

seu sexo, suas capacidades, suas crenças religiosas e culturais (SANTOMÉ, 2013, p. 65).

Nesse sentido, citamos também um trecho da encíclica *Laudato Si*:

Não podemos considerar-nos grandes amantes da realidade, se excluímos dos nossos interesses alguma parte dela: «Paz, justiça e conservação da criação são três questões absolutamente ligadas, que não se poderão separar, tratando-as individualmente sob pena de cair novamente no reducionismo (LAUDATO SI, 2015, p. 42).

### Quadro 1 – Representação dos conceitos

AUTORES ESTUDADOS NA DISCIPLINA	CURRÍCULO	JUSTIÇA CURRICULAR
<b>ARROYO, Miguel</b>	“O currículo está aí com sua rigidez, se impondo sobre nossa criatividade. Os conteúdos, as avaliações, o ordenamento dos conhecimentos em disciplinas, níveis, sequencias caem sobre os docentes e gestões como um peso” (ARROYO, 2011, p. 34).	“Os conhecimentos, os valores aprendidos nessa diversidade de lutas por identidades coletivas pressionam para obter vez nos currículos” (ARROYO, 2011, p. 12).
<b>SANTOMÉ, J. T.</b>	“[...] forma de organizar os conteúdos culturais dos currículos de maneira significativa, de tal forma que desde o primeiro momento os alunos e alunas compreendem o quê e o porquê das tarefas escolares nas quais se envolvem” (SANTOMÉ 1996, p. 64).	“Referir-se à justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida” (SANTOMÉ, 2013, p. 10).
<b>PONCE, Branca</b>	“O currículo é uma prática social pedagógica que se manifesta sempre em dois aspectos indissociáveis: como ordenamento sistêmico formal e como vivência subjetiva e social” (PONCE, 2018, p. 793).	“A justiça curricular prevê a permanência exitosa do educando na escola e na vida e toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo” (PONCE; NERI, 2017, p. 1223).
<b>SACRISTÁN, G.</b>	“O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a e a prática possível, dadas determinadas condições” (SACRISTÁN, 1999, p. 61).	“O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam” (SÁCRISTÁN, 2000, p. 16).

Fonte: Adaptado dos teóricos (2020)

Diante do que a encíclica apresenta, somos convidados a refletir: quais sentidos de justiça curricular são produzidos nos estudos no campo do currículo? À vista disso, por se tratar de justiça é necessário se pensar no lado humanizador que termina por ser apresentado. Para Freire (2018, p. 291), “Não é possível intervenção sem compreensão do objeto sobre que se pretende atuar ou está atuando e a compreensão muda com a intervenção”.

Na prática educativa, aquela comprometida de fato, há sempre o aprendizado mútuo, e sendo assim é necessário compreender e entender o contexto na qual se está inserido, visto que não dá para aprender sem compreender. Para que a compreensão de fato aconteça é necessário ir além de conhecimento teórico, dinamismo, criatividade e coragem para enfrentar desafios.

## **Resultados e discussões**

Através da análise realizada foi possível ampliar as percepções referentes aos conceitos de Currículo e justiça curricular e apresentar uma visão geral dos resultados encontrados, porém de forma simplificada. Apesar disso, vale a pena ressaltar a importância dos conceitos tratados na disciplina, bem como as concepções de cada autor.

Nesse sentido, é importante compreender que o currículo, quando realmente passa a exercer papel emancipador, oportuniza a dinâmica no ambiente escolar e a justiça curricular. Dentre as reflexões realizadas, apresentamos, no quadro demonstrativo abaixo, algumas ideias referentes ao currículo e justiça curricular

Em vista disso, evidenciamos que hoje várias concepções de currículo disputam espaço no campo escolar, e os conceitos apresentados são importantes para pensarmos as relações entre justiça curricular, justiça social e educação no âmbito dos Estudos Curriculares. Além disso, os debates e reflexões, de acordo com o estudo desenvolvido, nos permitiu compreender que o conceito de justiça curricular pode ser um instrumento que nos possibilita a promoção da defesa da diversidade e da justiça escolar.

Ponce (2020) citou várias vezes, nas aulas da disciplina de “Estudos Avançados em Currículo”, que a discussão no campo curricular exige uma compreensão dialética, situada em contexto amplo, pois se trata de um processo pedagógico revolucionário e extremamente necessário para que possamos promover uma educação mais comprometida com a comunidade escolar. Entendemos que nesse processo que acontece

nas escolas, o educador assume uma responsabilidade ética indiscutível, pois precisa orientar o alunado na caminhada para entender que de certa forma a ignorância fragiliza muito o homem e escraviza a consciência.

### **Considerações finais**

Evidenciamos que é preciso constantemente promover estudos, reflexões e pesquisas como as que foram apresentadas durante a disciplina de “Estudos Avançados em Currículo”, pois vivemos em um mundo cuja economia globalizada danifica de forma irresponsável a riqueza humana, social e cultural. Por esses motivos, além de outros, nós, enquanto pesquisadores, precisamos incentivar arduamente as reflexões e provocar reflexões na esfera política, órgãos legisladores que olha de forma desrespeitosa o campo educacional.

Percebemos que todas as propostas dos documentos oficiais não levam em consideração a realidade de cada escola, de suas particularidades ou diversidade cultural. É imperativo a participação de todos os envolvidos na trama escolar e na elaboração do currículo, pois esta é uma maneira sensata de resgatar o sentido humano e valorizar o planejamento coletivo.

O currículo, de forma geral, não está sendo discutido nas redes de ensino, e há pouca ênfase nas universidades brasileiras, evidenciando pouco mudou em relação ao seu processo histórico. A cultura dos sujeitos inseridos da comunidade escolar não está sendo levada em consideração, as propostas curriculares e os documentos norteadores continuam sendo guias, receitas prontas para as escolas e os professores elaborarem seus currículos sem levar em consideração as necessidades e o contexto da escola.

Pode-se perceber neste estudo que a escola e a educação escolar são locais de disputa de poder. Portanto, seria interessante uma verdadeira discussão entre os governos, as universidades e a sociedade civil organizada que propicie a explanação dos interesses que estão em jogo. Uma vez que os documentos oficiais entram nas escolas de maneira verticalizada, de cima para baixo, não há como envolver os protagonistas dessa história (docentes, discentes, famílias e demais agentes) e ignora-se que são peças vitais dentro deste “jogo” de distintos interesses.

Nesse sentido, faz-se necessário que os sistemas de ensino incorporem em seus currículos escolares uma perspectiva em que a participação de todos os envolvidos no processo seja uma maneira sensata de resgatar o sentido humano, valorizando o

planejamento coletivo e as diversidades presentes. É interessante ainda pensar num currículo em que a comunidade escolar, além de participar da construção, conheça e compreenda a sua real função social a partir de sua história, sua cultura e suas crenças. Ressaltamos que a ação transformadora do currículo e a justiça curricular são de extrema importância no contexto em que estamos vivendo, em que é necessário valorizar os coletivos

### Referências

- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011
- CHIZZOTTI, Antônio; CASALI, Alípio. O paradigma curricular europeu das competências. **Cadernos de História da Educação**, vol. 11, nº 1, jan/jun, 2012, p. 13-30.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; REYS Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CONNELL, Robert William. Justiça, conhecimento e currículo na educação contemporânea. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de. **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-35.
- EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor(a): a profissão que pode mudar um país? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 65, p.178-200, out2015 – ISSN: 1676-2584.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GRUNDY, 1987
- HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Revista Iberoamericana de Educación**, Número 1 - Estado y Educación Enero - Abril 1993. Tradução 2015.
- HAMILTON, David. Mudança social e mudança pedagógica: a trajetória de uma pesquisa histórica sobre o cuidado da casa comum. In: **Revista Teoria e Educação**, nº 6, p. 3-32. Porto Alegre: Pannonica, 1992.
- IGREJA CATÓLICA. **Papa Francisco. Carta Encíclica Laudato Si**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias [On line]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4.

MÉSZÁROS, Istiván. **Por uma educação além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PONCE, Branca Jurema. O tempo no mundo contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 41, nº 4, p. 1141-1160, out/dez, 2016.

PONCE, Branca Jurema; ROSA, Sany S. da. Políticas curriculares do estado brasileiro, trabalho docente e função dos professores como intelectuais. **Revista Teias**, v. 15, n. 39, p. 43-58, 2014.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: Em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018;

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana F. Justiça curricular, violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem, **Revista e-curriculum**, São Paulo, V.15, n-4, p.1208-1233, out/dez.2017

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução Alexandre Salvaterra; revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, J.Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**Enviado em:** 25/12/2020.

**Aceito em:** 04/08/2023.

**Publicado em:** 26/12/2023.